

CONTRATO Nº 020/2020

O **MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MG**, CNPJ Nº 24.791.154/0001-07, com sede na Praça Artur Trancoso, nº 08 – Centro – São João do Paraíso/MG, a seguir denominado **CONTRATANTE**, neste ato representada por sua Prefeita Municipal, Sr^a. **Mônica Cristine Mendes de Sousa**; e a **WP DOS SANTOS - MERCANTIL DE VEICULOS EIRELI**, CNPJ Nº 32.523.576/0001-20, com sede na Rua João Salgueiro, 670 – Centro, Porto Ferreira/SP, a seguir denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por **Alan Carlos de Novais**, portador do CPF nº ***.709.038-** e cédula de identidade nº ***** SSP/SP, resolvem firmar o presente contrato para fornecimento de combustível automotivo, como especificado no seu objeto, em conformidade com o Processo Licitatório nº 020/2020, na modalidade Pregão presencial nº 012/2020, , sob a regência das Leis Federais n.ºs 10.520/02 e 8.666/93, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1 *Aquisição de 03 (Três) veículos novos OKM PICK-Ups, Cabine Dupla, ano de fabricação e modelo no mínimo 2019/2020, com motor no mínimo 1350 cilindradas, bi combustível (FLEX), 04 portas, capacidade para 05 pessoas, para atender a Secretaria Municipal de Agricultura, Ecologia e Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Educação e Cultura e Secretaria Municipal de Transporte e Manutenção de Tráfego, conforme abaixo especificado:*

ITEM	UNID.	QUANT.	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR ESTIMADO R\$		
					UNIT.	TOTAL	
01	UNID.	03	VEÍCULO NOVO – OKM-PICK-UP Características mínimas: Veículos Pick-up, Cabine Dupla, novo, zero quilômetro, ano de fabricação e modelo no mínimo 2019/2020, básico, com motor no mínimo 1350 cilindradas, bi combustível (FLEX), 04 portas, capacidade para cinco pessoas, cor branca, com sistema de injeção eletrônica de combustível, com câmbio manual de 5 marchas a frente e uma ré, direção hidráulica , ar condicionado, rádio AM/FM, MP3, entrada USB air bag duplo (motorista e passageiro) freios ABS, com protetor de caçamba, cintos de segurança dianteiros retráteis de 3 pontos, cintos de segurança laterais traseiros retráteis de 3 pontos e central fixo de 2 pontos, revestimento de bancos em tecido e todos os demais itens de série, bem como, todos os equipamentos obrigatórios exigidos no código de trânsito brasileiro Garantia mínima de 12 meses.	RENAULT DUSTER OROCH EXPRESS	69.800,00	209.400,00	
VALOR TOTAL							

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

- 2.1 O contratante pagará ao contratado, valor de R\$ 209.400,00 (duzentos e nove mil e quatrocentos reais), após o efetivo fornecimento, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal.
- 2.2 O pagamento das faturas seguirá a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, e só será efetuado mediante comprovação de regularidade das obrigações fiscais, trabalhistas e em especial junto ao INSS, relativamente à competência imediatamente anterior àquela a que se refere a remuneração auferida.

- 2.3 Não será efetuado qualquer pagamento ao **CONTRATADO** enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
- 2.4 O preço referido no item 2.1, incluem todos os custos e benefícios decorrentes do fornecimento do(s) veículo(s), de modo a constituírem a única e total contraprestação pela execução do contrato.
- 2.5 Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será de 5 (cinco) dias úteis contado a partir da regularização dos mesmos e sua reapresentação.
- 2.6 O Município poderá sustar o pagamento a que a contratada tenha direito, enquanto não sanados os defeitos, vícios ou incorreções resultantes da contratação e/ou não recolhimento de multa aplicada.
- 2.7 Os pagamentos efetuados à **CONTRATADA** não a isentarão de suas obrigações e responsabilidades vinculadas à execução do contrato, especialmente aquelas relacionadas com a qualidade.
- 2.8 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento não justificados, provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = N \times VP \times I$$

onde:

EM = Encargos moratórios;

VP = Valor da parcela em atraso;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento (vencimento) e a do efetivo pagamento;

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$$I = \frac{TX}{100}$$

30

TX = Percentual da taxa de juros de mora mensal definida no edital/contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO

- 3.1 Por força das Leis Federais nº 9.069/95 e 10.192/2001, o valor deste Contrato será reajustado mediante iniciativa da CONTRATADA, desde que observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, a contar da data limite para a apresentação da proposta ou do último reajuste, tendo como base a variação de índice oficial.
- 3.2 Decorrido o prazo acima estipulado, os preços unitários serão corrigidos monetariamente pelo INPC (IBGE) ou outro índice que venha a substituí-lo por força de determinação governamental.
- 3.3 A aplicação do índice dar-se-á de acordo com a variação acumulada do INPC (IBGE) ocorrida nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

- 4.1 Os veículos serão entregues na Secretaria Municipal de Transporte e Manutenção de Tráfegos situada na Rua Floresta, nº 474 - Bairro Centro, nesta Cidade, mediante apresentação de requisição emitida pelo setor de compras, em até 20 (vinte) dias.
- 4.2 Por motivo de força maior, a entrega poderá ser realizada, mediante autorização e aviso prévio, em outro local.
- 4.3 O recebimento dos veículos, será efetuado por **José de Sousa Nelci**, após a verificação da quantidade e qualidade dos mesmos e conseqüente aceitação, obrigando o licitante vencedor a reparar, corrigir, substituir, remover às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto da contratação em que se verifiquem defeitos ou incorreções.
- 4.4 O setor competente para fiscalizar o objeto contratado será a **Secretaria Municipal de Transporte e Manutenção de Tráfego**, observados os artigos 73 a 76, da Lei Federal n.º 8.666/93.
- 4.5 Na ocorrência de atrasos na entrega, o **CONTRATANTE** poderá aplicar as penalidades previstas neste contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

- 5.1 São obrigações das partes:

I – DO CONTRATANTE:

- a) Notificar a **CONTRATADA** através da Secretaria Municipal de Transporte e Manutenção de Tráfego, fixando-lhe prazo para corrigir irregularidades observadas no fornecimento do(s) veículo(s).
- b) Expedir, através da Secretaria Municipal de Transporte e Manutenção de Tráfego, atestado de inspeção do fornecimento, que servirá de instrumento de avaliação do cumprimento das obrigações contratuais e do pagamento devido.
- c) Efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, na forma convencionada, dentro do prazo previsto, desde que atendidas as formalidades necessárias;
- d) Proceder às advertências, multas e demais cominações legais pelo descumprimento dos termos deste contrato;

II – DA CONTRATADA:

- a) Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do fornecimento do(s) veículo(s), tais como: salários, seguros de acidente, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vales-refeição, vales-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo.
- b) Promover o fornecimento, responsabilizando-se pela qualidade dos veículos.

- c) Substituir, de imediato, às suas expensas, o objeto do contrato que não se adequar às especificações constantes deste contrato.
- d) Responder pelos danos causados diretamente ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante o fornecimento do(s) veículo(s), não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo **CONTRATANTE**.
- e) Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-la na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o **CONTRATANTE**.
- f) A **CONTRATADA** obriga-se a manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do contrato.
- g) Apresentar a atualização, a cada 180 dias, da Certidão Negativa de Débito Trabalhista (CNDT) referida na Lei nº 12.440 de 07.07.2011.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 6.1 As despesas decorrentes desta contratação correrá pelas dotações orçamentárias nº
- SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE – 02010012.2012200211.029 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE – 4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - 100 RECURSOS ORDINÁRIOS – FISCAL 0000049
- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA – 02040010.1236101881.206 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE P. EDUCAÇÃO BÁSICA – 4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - 101 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO – FISCAL 000260
- SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E MANUTENÇÃO DE TRAFEGO – 02070040.2678205341.189 – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - 4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - 100 RECURSOS ORDINÁRIOS – FISCAL 0000791

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

- 7.1 O prazo de vigência deste contrato será até 31.12.2020, contado da data de sua assinatura.
- 7.2 A prorrogação do prazo contratual poderá ocorrer, a critério do Contratante, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

- 8.1 A **CONTRATANTE** poderá rescindir o Contrato, independente de interpelação judicial ou extrajudicial e de qualquer indenização, nos seguintes casos:
 - a) O não cumprimento ou o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações ou prazos, por parte da **CONTRATADA**;
 - b) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil da **CONTRATADA**;

- c) O conhecimento de infrações à Legislação Trabalhista por parte da CONTRATADA;
- d) Razões de interesse público ou na ocorrência das hipóteses do art. 78 do Estatuto das Licitações;
- e) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato.

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1 Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas no contrato, erros ou atrasos no cumprimento do contrato, infringência do art. 71 da Lei Federal 8.666/93 e quaisquer outras irregularidades, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

9.1.1 advertência;

9.1.2 multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o 10^o (décimo) dia de atraso, da entrega do(s) veículo(s), sobre o valor da parcela, por ocorrência;

9.1.3 multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do saldo do valor do contrato, no caso de atraso superior a 10 (dez) dias, com a consequente rescisão contratual, quando for o caso;

9.1.4 multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nos casos:

- a) inobservância do nível de qualidade do(s) veículo(s) fornecidos;
- b) transferência total ou parcial do contrato a terceiros;
- c) subcontratação no todo ou em parte do objeto sem prévia autorização formal da Contratante;
- d) descumprimento de cláusula contratual.

9.2 A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que o contratante promova sua reabilitação.

9.4 O valor das multas aplicadas deverá ser pago por meio de guia própria ao Município de São João do Paraíso/MG, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da data da sua aplicação ou poderá ser descontado dos pagamentos das faturas devidas pelo Município, quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICAÇÃO

10.1 O extrato do presente contrato será publicado no órgão de divulgação oficial do Município, que é o quadro de avisos afixado no hall da Prefeitura, conforme dispõe a Lei Municipal nº 001/2005, por conta do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1 Fica eleito o foro da comarca de São João do Paraíso/MG para solucionar quaisquer dúvidas quanto à execução do presente contrato.

E, por estarem justas, as partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

São João do Paraíso/MG, 17 de abril de 2020

MÔNICA CRISTINE MENDES DE SOUSA
PREFEITA MUNICIPAL

WP DOS SANTOS - MERCANTIL DE VEICULOS EIRELI
Representante Legal: **Alan Carlos de Novais**
CONTRATADO

Testemunhas: _____
CPF Nº: _____

CPF Nº: _____